

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## GOIÂNIA A CONTRADIÇÃO DO LUGAR: CASA ORDINÁRIA E CASA ERUDITA<sup>1</sup>

Simone Borges Camargo de Oliveira<sup>2</sup>  
Doutoranda do PPGH  
Universidade Federal de Goiás  
simoneborgescamargo@gmail.com

### Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar, de forma breve, alguns aspectos levantados pela pesquisa da minha tese de doutorado, em andamento, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Para a leitura de indícios sobre Goiânia, projetada nos moldes conceituais de cidade moderna planejada, realizo uma construção metodológica, com o intuito de fundamentar a escrita narrativa sobre esta cidade, como lugar de segregação social e espacial urbana, desde a sua fundação, mediante o estudo do objeto casa, do “morar ordinário” do “homem comum” e do morar erudito “qualificado”, na capital do Estado de Goiás. Nesse sentido, procuro identificar os diversos grupos sociais – os lugares de ocupação das casas comuns “ordinárias” e das casas eruditas, na cidade segregada – cidade informal e na cidade planejada – cidade formal, entre as décadas de 1930 a 1960. A escrita narrativa percorre o processo de desconstrução da historiografia oficial goianiense, para re-construir diferentes perspectivas e interpretações dos fragmentos, das imagens do passado e à luz do presente. “[...] a mesma fonte de informação pode ser usada para construir vários relatos históricos de qualquer fragmento do passado” (Topolski, 2016: 60).

**Palavra-chave:** Goiânia cidade moderna; Casa ordinária; Casa erudita.

### I

Este artigo tem como objetivo apresentar de forma breve alguns aspectos levantados pela pesquisa da minha tese de doutorado, do Programa de Pós-graduação em História da UFG, partindo da construção metodológica para leitura de indícios sobre a cidade moderna de Goiânia, com o intuito de fundamentar a escrita narrativa sobre

---

1 Parte deste artigo foi apresentado e está publicado nos Anais do III Fórum dos Programas de Pós-Graduação em História do Centro-Oeste e XIII Seminário de Pesquisa UFG/ PUC-GOÍÁS. Goiânia: Editora da PUC- GO, nov. 2020. O trabalho foi realizado com apoio da bolsa de doutorado, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, nº chamada/ ano: 07/2018 CAPES/FAPEG.

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Linha de pesquisa: Ideias, saberes e escritas da (e na) história. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8588488977377568>. Orientador: Dr. Cristiano pereira Alencar Arrais.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

esta cidade, como lugar de segregação social e espacial urbana, mediante o estudo do objeto casa – morada – habitar, “morar ordinário” do “homem comum”, o “habitar” do “homem ordinário” e do morar erudito “qualificado”, em Goiânia; e identificar diversos grupos sociais, os lugares de ocupação das casas comuns “ordinárias” e das casas eruditas na cidade segregada e na cidade planejada, entre as décadas de 1930 a 1960.

A escrita narrativa da tese percorre o processo de desconstrução da historiografia oficial goianiense, para re-construir diferentes perspectivas e interpretações dos fragmentos, das imagens do passado e à luz do presente. “[...] a mesma fonte de informação pode ser usada para construir vários relatos históricos de qualquer fragmento do passado” (TOPOLSKI, 2016, p. 60). Neste sentido, a importância de construir uma metodologia específica para a tese, que pode, como um caleidoscópio, revelar e trazer à tona pontos coincidentes e/ou dissonantes de ideias e disputas pelo lugar (sua posse e permanência), ditos e não-ditos, identificadores ou criadores de memória, de identidades locais, identidades produzidas, forjadas em “origens” diversas. Pode apontar para a multiplicidade da produção e disputa de identidades possíveis no lugar, ou não lugares.

No âmbito do processo metodológico de sistematização das fontes escritas – ao considerar aquelas produzidas na época da construção de Goiânia – três delas se destacam como importantes fontes de análise textual e imagética, por apresentarem a construção da cidade como símbolo de uma narrativa idealizadora. São os livros: *Como Nasceu Goiânia*, 1938, de Ofélia Socrates do Nascimento Monteiro; *Goiânia. Coletânea* especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia em 1942 (contém depoimentos, decretos, discursos, relatórios sobre a fundação de Goiânia); *A luta na Epopeia de Goiânia uma Obra de Engenharia Nacional*, 1942, de Geraldo Teixeira Alves. Os autores narram os acontecimentos a partir da relação estabelecida entre os documentos, construindo um

regime de historicidade, será dada ênfase ao seu entendimento como novidade, a partir de dois marcos explicativos que reconstruíram o processo histórico e moldaram a memória social sobre a construção da nova capital: a idealização da revolução de 1930 e a mitificação da figura do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira. (ARRAIS, 2008: 96).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os argumentos projetam Goiânia como um lugar encantador, uma cidade planejada, moderna, uma propaganda sobre o sucesso da nova capital.

Encontrei em várias outras obras da década de 1950 até as publicações atuais, esta recorrente narrativa sobre a fundação e construção de Goiânia, muitas delas reproduções e/ou releituras das fontes citadas acima. Estas fontes apontam, a partir de sua análise e interpretação, para a notória segregação dos grupos sociais mais pobres, desde o plano urbanístico original de Atílio Corrêa Lima (1933-1935) para a nova capital até a do momento atual.

De modo geral, a “história oficial” prevalece. Pouco identifiquei referências sobre o “morar ordinário”, comum do cotidiano e a habitação-morada-ordinária. O livro: *Goiânia - Uma Utopia Europeia no Brasil*, 2003, de Tania Daher, apresenta, até certo ponto, uma análise diferenciada sobre os planos diretores ao considerar a urbanização e o processo de loteamento, sob a ótica excludente da ocupação da cidade, desde sua fundação. Um viés “realista” a respeito da construção da cidade em relação a modernidade e ao sucesso da nova capital.

O processo metodológico vai se realizando *pari e passu* com a pesquisa, ressignificando, em busca de novas brechas e caminhos para a metodologia de investigação e análise dos indícios da “casa ordinária”, do “homem ordinário”, ao considerar que a casa erudita, como representante da modernização e da classe social dominante, já está contida desde o princípio no plano de Atílio de 1933-1935, e assim por diante. Não porque não ofereça um amplo campo de pesquisa e descobertas, mas o objetivo fundamental da pesquisa é a “casa ordinária”, o “morar ordinário”, em contraposição ao morar da casa erudita, burguesa.

Procurando a “forma” de construir o raciocínio que está na percepção e interpretação dos sinais, dos resíduos prováveis e verossímeis da vida cotidiana. Neste caminho, vou delineando mosaicos, através da pesquisa e seleção de fotografias, ortofotos, imagens, projetos e mapas das localidades, mediante a identificação de: áreas e seus usos, malha viária, hidrografia, zoneamento, bairros, quadras, ruas, lotes, parcela fundiária, casas, barracões, casebres, invasões, tipos construtivos, estilos, que demonstrem quais são os lugares de ocupação dos diversos grupos sociais na cidade de Goiânia, entre as décadas de 1930 a 1960.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para melhor perceber o espaço da cidade e para levantar informações, traço itinerários e caminhos pela cidade no século XXI. Comecei minhas deambulações no ano de 2018, no início da pesquisa da tese, e as realizei até o advento da pandemia de COVID-19, com o objetivo de conhecer outros fragmentos. Realizo um caminhar sem pressa, tiro fotos de detalhes da vida cotidiana das pessoas, de objetos, das ruas, casas e peculiaridades dos modos de vida, usos e ocupação do espaço. A caminhada leva a trajetórias e lugares comuns que apontam pistas para mapear a cidade ordinária. Um olhar capaz de ver além do que os outros viram e, em um salto, liga situações e informações que possibilitam revelar narrativas, um texto historiográfico.

Através da comparação e análise dos dados contidos nas fontes imagéticas e projetuais (arquitetônicas e urbanísticas) das décadas de 1930 a 1960, as fotografias e narrativas dos percursos realizados de 2018 a 2020, relaciono aos dados pesquisados e coletados das fontes documentais, bibliográficas, jornais etc., que resultam na produção de novos desenhos e mapas urbanos, imagens da cidade, cartografias urbanas produzidas como resultado da pesquisa e que apontam para possíveis localizações e “tipos” das “casas ordinárias”, detalhes do morar da “habitação popular” (vernacula), “habitação-morada-ordinária” “desclassificada” e da “habitação erudita moderna” “classificada”. Michel de Certeau, nos oferece um exemplo de como uma pesquisa se deixa guiar: “[...] gostaria de apresentar a paisagem de uma pesquisa e, por esta composição de lugar indicar os pontos de referência entre os quais se desenrola uma ação” (CERTEAU, 1998, p. 35). Cada lugar tem em seu solo muitas presenças e memórias. Algumas foram conhecidas, outras permanecem como resíduos, sinais a serem revelados.

Neste sentido, CERTEAU nos mostra que a vida cotidiana, ordinária, comum, oferece indícios de experiências verossímeis, ao apresentar o ensaio dedicado “[...] ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante Inumerável [...].” (CERTEAU, 1998: 57). De fato, a pergunta de base de sua escrita aponta para isso:

A este oráculo que se confunde com o rumor da história, o que é que nós pedimos *para nos fazer crer ou autorizar-nos a dizer* [grifo meu] quando lhe dedicamos a escrita que outrora se oferecia em homenagem aos deuses ou às musas inspiradoras? (CERTEAU, 1998, p. 57)

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O que nos autoriza a dizer ou o que pedimos para nos fazer crer são os sinais deixados pelos rastros do caminhar, mas que remetem apenas a uma ausência, um objeto “*impossível*”, “[...] o ausente que lhes dá princípio e necessidade, interrogo-me sobre o desejo cujo objeto impossível ele representa.” (CERTEAU, 1998, p. 57).

O mesmo ocorre em *A Fala dos Passos Perdidos*,<sup>3</sup> ao evocar a ausência:

[...] os processos do caminhar podem reportar-se em mapas urbanos de maneira a transcrever-lhes os traços (aqui densos, ali mais leves) e as trajetórias (passando por aqui e não por lá). Mas essas curvas em cheios ou em vazios *remetem somente, como palavras, à ausência daquilo que passou* [grifo meu]. (CERTEAU, 1998, p. 176).

Mas o homem comum – ordinário – possui um vasto território de invenção, o “ausente dos passos perdidos” se torna a condição de possibilidade de várias presenças para o historiador. “Desvios” que abrem brechas para a interpretação dos sinais assentados por premissas de verossimilhança, de onde se extrai a validade do saber e produz credibilidade (CERTEAU, 1982, p. 101), a “invenção”, a subjetividade, são o território da construção do raciocínio.

Por este viés, o caminhar do “homem ordinário” deixa “rastros” e sonhos pelos lugares da cidade, “o seu desenrolar discursivo (verbalizado, sonhado ou andado) se organiza em relação entre o *lugar* de onde sai (uma origem) e o não-lugar que produz (uma maneira de “passar”)”. (CERTEAU, 1998, p. 182). Este não-lugar de passos e verbalizações invisíveis constroem histórias repletas de significações singulares. São sinais e indícios a serem interpretados em sua subjetividade, capazes de apresentar, de conter em si mesmos, o não dito, o não revelado. A cidade é o lugar, e não-lugar de representações, de presenças e ausências.

O território da cidade e sua paisagem<sup>4</sup> – lugar – construídos por diferentes grupos sociais e suas vivências, reflexos de suas relações no tempo – presente – passado

---

<sup>3</sup> In: CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. p. 176. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>4</sup> “A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. Um esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade.” (SANTOS, 1988: 72)

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

– futuro, cultura e memória, são horizontes que se abrem para percepção das várias “imagens” deste mundo – cidade. “Afirma-se que é indiscutível que a cidade se faz representar e se dá a conhecer concretamente pelas suas imagens. As imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadoras do conhecimento dela.” (FERRARA, 2000, p. 115)

## II

A segunda parte deste artigo tem o objetivo de apresentar de modo geral os três primeiros planos urbanísticos para a cidade de Goiânia para melhor situar o lugar investigado e o objeto casa. O plano de 1933-1935 do arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima, o segundo plano de 1936 do engenheiro Armando Augusto de Godoy e o terceiro plano, Decreto-lei 90-a, de 1938, realizado pela empresa Coimbra Bueno.

Nas décadas iniciais do século XX, as cidades brasileiras eram vistas como a possibilidade de avanço e modernidade em relação ao campo que representava o Brasil arcaico. A proclamação da República e a abolição da mão-de-obra escrava não superaram a hegemonia agrário-exportadora, o que viria acontecer apenas após a revolução de 1930. Desde então, o processo de urbanização/industrialização ganha, com as políticas oficiais, um novo ritmo. (MARICATO, 2003, p. 151)

A cidade de Goiânia assim como o processo de sua transferência estão inseridos no projeto de construção da identidade nacional, de modernização, no período histórico da era Vargas, década de 1930, e de interiorização da Marcha para o Oeste. O projeto político, “idealizado”, de transferência da antiga capital do Estado de Goiás, a cidade de Goiás, para a nova capital, é levado adiante pelo interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Em 1932, convida o arquiteto e urbanista Attilio Corrêa Lima, com o fim de realizar o plano e suas diretrizes dentro dos moldes da urbanística moderna. (Figura 01)

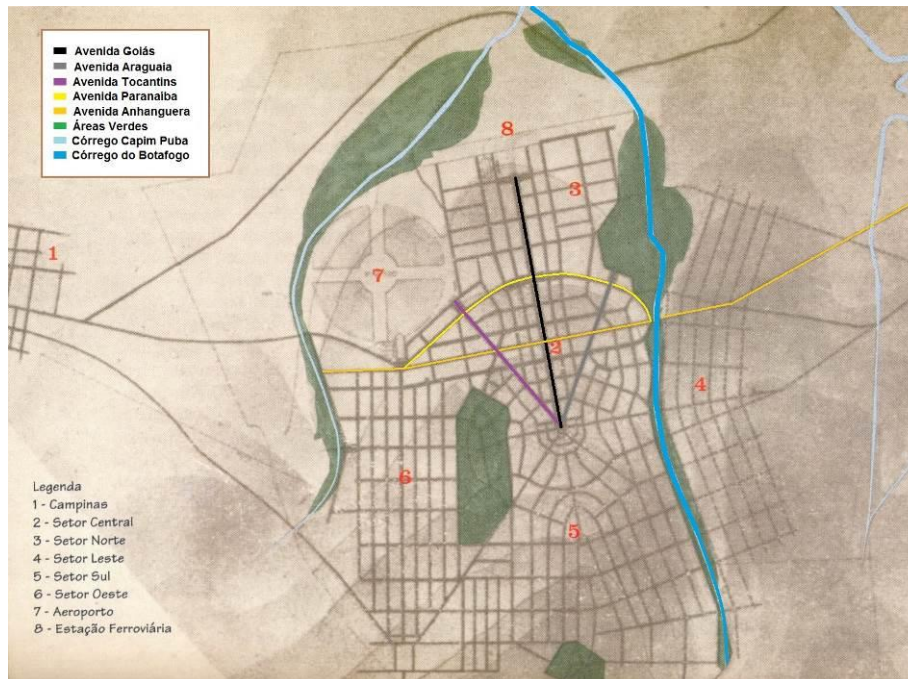
Attilio C. Lima utilizou-se dos preceitos da escola francesa de urbanismo, estabelecendo um Centro Cívico, Administrativo, espaço simbólico do poder centralizador: a Praça Cívica. Para zoneamento, estabeleceu os setores por atividades, as vias foram planejadas de acordo com sua importância hierárquica: avenidas monumentais, vias arteriais de conexão, ruas e praças rotatórias locais, sub-centros, sistemas de áreas verdes, como parques lineares. Os projetos de Attilio C. Lima para Goiânia refletem uma dialética

---

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

entre um urbanismo clássico e uma arquitetura numa vertente moderna.  
(Diniz, 2015, p. 333).

Figura 01: Plano Diretor de Goiânia, autoria de Attilio Corrêa Lima, 1937.



Fonte: Attilio Corrêa Lima, 1937; Tania Daher, 2003. 1937, 134.

Representação esquemática da imagem: Simone B.C. de Oliveira, 2020.

O plano urbano de 1933-1935, é dividido por cinco setores, parques lineares e áreas verdes como reservas ambientais (Bosque dos Buritis, jardins nas avenidas principais e ruas), Aeródromo, Estação Ferroviária e menção a Campinas. O zoneamento define as atividades e funções de todos os setores e subsetores. O Setor Central apresenta traçado radiocêntrico de onde irradiam as Avenidas: Goiás (antiga Avenida Pedro Ludovico), Tocantins e Araguaia. O setor é destinado ao Centro Cívico, às atividades administrativas, comerciais, de serviços e residenciais (Casas Tipo), para funcionários do governo e população de “classes A e B”, para quem se destina a cidade moderna, hierarquizada e higienizada, neste sentido, é o primeiro setor a receber infraestrutura urbana na cidade. Como parte do traçado do Setor Central, a Avenida Anhanguera, local de comércio, é o principal eixo de comunicação que corta a cidade de leste a oeste.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> “Classe A, a que detém os maiores recursos econômicos e é formada por grandes empresários, profissionais liberais, grandes comerciantes e fazendeiros, sem excluir a classe dos políticos. A classe B é formada pela classe média de pequenos comerciantes, funcionários públicos bem situados e profissionais

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Setor Norte, de traçado mais regular, abriga a Zona Industrial, as “moradias operárias” modelo (casa popular) para a “população de classe C” (Figuras 02-03), que possuem parcelas fundiárias menores em relação ao Setor Central. Logo abaixo desta zona está localizada a área destinada a Estação Ferroviária. O Setor Norte fica abaixo da Avenida Paranaíba, destinada a um zoneamento misto de serviços, comércio e residências, é via de distribuição e circulação, um divisor de atividades, mas também um “marco urbano” de segregação social. Durante muito tempo, o Setor Norte foi conhecido como Bairro Popular e depois foi incorporado ao Núcleo Pioneiro Central da cidade.

Desta época para cá as coisas começaram a aparecer, como se estivessem rebentando pipoca, um ali outra acolá! Eram casas que estavam surgindo. Fizeram o núcleo na rua 71, 10 casas, dessas 10, eu adquirei uma, por 6 contos de réis, pagando prestação; era muito longe. (Depoimento de Dr. Antônio de Faria Filho, MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 37-38)

Essas residências começaram a aumentar em vários recantos do plano urbanístico de Correia Lima: na rua 4, na rua 5, na parte baixa da avenida Anhangüera, próximo ao córrego Botafogo, no centro, e nas ruas 68, 70, 72, 74, além de várias outras, do então chamado Bairro Popular. (Depoimento de Gerson de Castro Costa, MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p.96)

FIGURA 2 – Casa Operária, Bairro Popular, década de 1930.



Fonte: Acervo MIS | GO.

Figura 3 – Propaganda “Residências Proletárias”, p. 53 Jornal Folha de Goiás, 1937.



Fonte: Acervo da Biblioteca da Secretaria de Planejamento, Prefeitura de Goiânia. Álbum de Goiânia, Pasta S-384 – Controle 1179.

---

liberais sem grandes recursos financeiros. A classe C é formada pelos empregados do comércio, operários e profissionais do nível médio. A classe D é formada pela população desempregada, sem registro de trabalho, sem formação profissional, que sobrevive do trabalho ocasional e não tem praticamente nenhuma assistência do poder público. (DAHER, 2003, p.260)

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Setor Sul tem um traçado regular, destinado a habitações. A Zona Leste é delimitada pelas margens do Córrego do Botafogo e a Zona Oeste, pelo Bosque dos Buritis e Córrego Capim Puba, área reservada para habitação.

Para a mudança da capital do Estado de Goiás, da cidade de Goiás para Goiânia e sua construção, é utilizada a narrativa do progresso e modernização, justificada pelas técnicas científicas e engenharia sanitária inauguradas pela urbanística moderna.

Não foi só o governo. A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos[...]. Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos (SANTOS, 1986, p.2).

Mas, até esta fase da pesquisa, não encontrei documentação que conste nenhum planejamento para a instalação e moradia dos primeiros operários da construção da cidade.

[...] só o alojamento para uma população operaria que já orça em mais de 1.000 pessoas (operários, suas famílias e agregados) num local inteiramente virgem, onde ha 3 anos não existia uma única moradia, só esta parte a ser executada de acordo com as exigências mínimas de um padrão moderno e tolerável de vida exigiria quasi tanto quanto se gastou com a totalidade das obras. A maioria dos ranchos operários custou menos de 100\$000 cada. As casas de madeira feitas com rapidez, sempre para satisfazer necessidade imediata de alojamento do pessoal mais classificado das obras, foram feitas com a mais restrita economia e constituem o mínimo abrigo que se poderia tolerar para viver. Todos, desde o mais graduado até o mais humilde dos auxiliares desta obra se conformaram com o desconforto e sacrifício de toda a especie que vem exigido.

A dificuldades oferecidas pelo meio construtivo de Goiânia onde tudo estava por realizar tornaram-se quasi insuperaveis com o desenvolvimento das grandes obras. (MONTEIRO, 1938, p. 479-480).

É no Setor Leste que as primeiras casas de Goiânia são construídas, às margens do Córrego Botafogo. São casas comuns “ordinárias”, edificadas pelos trabalhadores imigrantes de todas das partes do país que chegam em busca de novas oportunidades de vida.

Os primeiros operários raramente vinham acompanhados de suas famílias, em sua maioria vinha só. Sua origem, entretentes, não se vincula apenas aos escritórios instalados no Rio de Janeiro e São Paulo. A notícia da construção

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de Goiânia motivou a saída de trabalhadores das várias localidades em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Seus relatos apontam as dificuldades vivenciadas por eles no decorrer de suas viagens. (BERNARDES, 2009, p. 4)

À margem do plano moderno de Attilio, a partir de 1934, se ergue a cidade informal, onde os ranchos, barracões e casebres são construídos com técnicas vernaculares (populares), do período colonial brasileiro, de taipa e de tijolos de adobe, cobertas com palha de buriti, capim e telhas de barro. O lugar não possui a mínima infraestrutura e a locação das habitações é feita ao longo das margens do córrego, de forma gregária e aleatória. (Figura 04)

Eu era funcionário da Imprensa Oficial, e vim, não na época do decreto, que foi em setembro de 1933 e sim, em janeiro de 1934, pois nada havia aqui que pudesse acomodar alguém, pois estava em demarcação, delimitação de área, enfim, nada havia. Descendo pela Av. Anhanguera, atravessando o córrego Botafogo, há uma praça, e era ali que os operários se acomodavam, em casas de capim, de qualquer maneira.

E do lado de cá do Botafogo, na av. Paranaíba, perto da Igreja Coração de Maria, também havia acomodações para os operários. Tudo muito rústico, como disse anteriormente, no peito e na raça.

Eu fiquei em um desses ranchos, algum tempo. Ao assumir o almoxarifado, recomendei que se fizesse um cômodo para mim. [...]. No dia que eu assumi, estavam capinando (não havia maquinário e o serviço era feito a mão mesmo) o local onde, atualmente, fica o Palácio das Esmeraldas e a Secretaria Geral, onde hoje é o Fórum. O Tribunal foi feito depois.

Na rua 3, descendo no sentido da 24, havia uma casa tosca de madeira onde ficava o Dr. Pedro Ludovico Teixeira, o Governador do Estado, e na 24, próximo à Anhanguera, do lado direito, ficava o escritório da nova Capital e casas de alguns operários mais destacados, como o Sr. Francisco Serrano Maristal, que era o chefe geral das obras. Ele andava a cavalo de um lado a outro, pois era tudo distante demais, não havia jeito de andar a pé, e nem havia carro para nada, nem estradas. (Depoimento de Dr. Antônio de Faria Filho, MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 37-38)

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FIGURA 4 - Vista Panorâmica, margem Córrego do Botafogo.  
Goiânia - GO.



Foto: Autor Desconhecido.  
Fonte: Acervo MIS | GO. MPL340.

Importante citar que:

Em novembro de 1934, o Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico, aprovou a proposta da empresa Coimbra Bueno & Pena Chaves Ltda. Para assumir a direção geral das obras. O objeto do contrato era o mesmo estabelecido no segundo contrato com a firma P. Antunes Ribeiro & Cia., de Corrêa Lima.

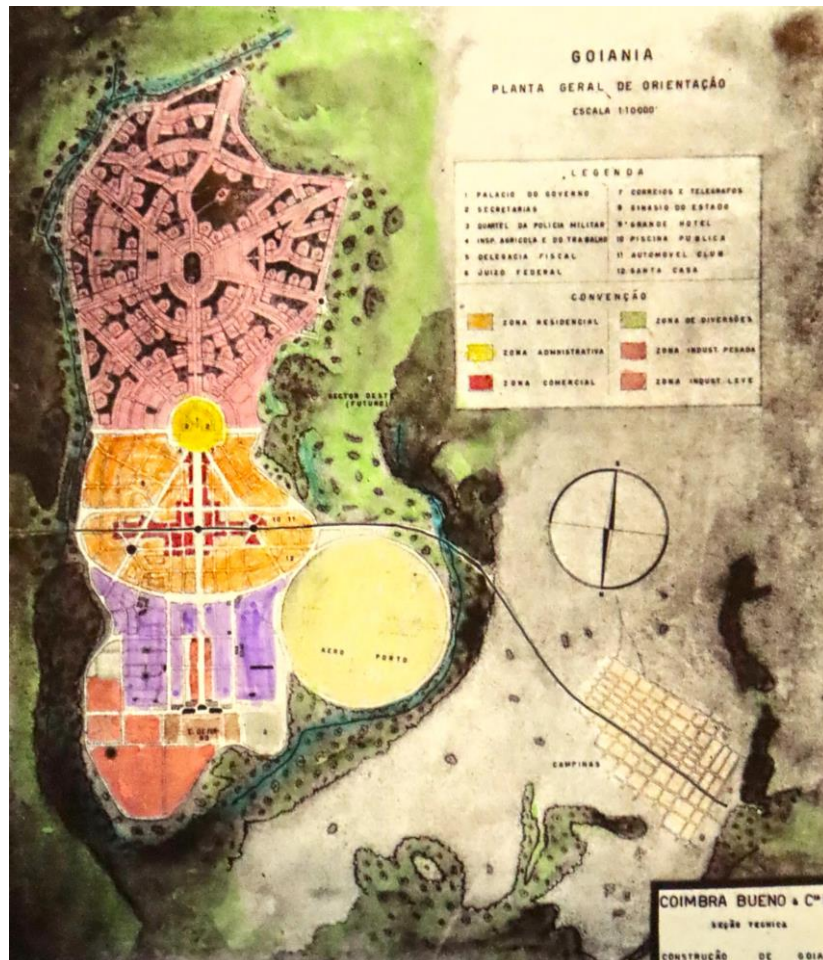
Os Coimbra Bueno tiveram interesse em afastar Attilio Corrêa Lima da execução das obras, uma vez que eles planejavam toma-la para a sua gerência com fins políticos e financeiros. (DINIZ, 2007, p. 184)

Logo em 1935, o Interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira, “rompe” o contrato com Attilio e os irmãos Coimbra Bueno convidam, em 1936, o engenheiro Armando Augusto de Godoy para reformulação do plano da cidade. Nesse sentido, o discurso oficial era “vender” a nova capital, Goiânia, como cidade moderna, lugar atrativo, “bom” para se viver, lugar de constituir família e ter progresso de vida, uma grande oportunidade. Várias propagandas são realizadas nos jornais de São Paulo, difundindo esta estratégia. Segundo Daher (2003, p. 164), Godoy desenha o novo projeto circundando o espaço urbano por um cinturão verde – vale ressaltar que esta proposta foi feita anteriormente por Attilio, mas com outros objetivos. Modifica completamente o Setor Sul, cria a Praça do Cruzeiro, como um segundo centro da cidade, de onde se irradiam quatro avenidas. O plano concebido foi orientado pelo conceito de cidade-

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

jardim. Conservou o traçado do Setor Norte e do Setor Central, modifica e acrescenta alguns usos e funções do plano de Atílio. (Ver Figura: 05).

Figura 05- Plano de Goiânia, autoria Armando Augusto de Godoy.



Fonte: FGV/ CPDOC, 492 - Arquivo: Gustavo Capanema.  
Representação esquemática da imagem: Simone B.C. de Oliveira, 2020.

Os primeiros edifícios públicos administrativos com linhas *art déco*, (Figura 06-07-09) as casas modelo, (Casa Tipo)<sup>6</sup>, (Figura 08) e as “casas operárias” (Figura 12), foram construídos pela empresa Coimbra Bueno. As “casas eruditas” das classes A e B,

<sup>6</sup> “Foram construídas 10 casas-tipo, de preços variáveis para servirem de modelos às construções residenciais de Goiânia. Naturalmente para servirem de modelo, tiveram um acabamento acima do nível médio de construções estimável para a cidade e incomparavelmente acima de quaisquer construções do Estado. [...]. Seria inteiramente absurdo tomar-se como termo de comparação para se estabelecer o nível higiênico e arquitetônico das construções daqui, os prédios construídos até então no Estado. [...]” (MONTEIRO, 1938, p. 469)

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

projetadas de acordo com imagem e narrativas das casas que circulavam nas revistas da época, como no final da Revista Acrópole, apresentavam-se projetos modelo. Uma maneira de “ensinar” o usuário a se adaptar aos novos modos do morar moderno funcionalista, principalmente no que se refere às práticas relacionadas a saúde que transformam a concepção espacial e funcional da casa.

Figura 6 – Praça Cívica, Palácio do Governo, 1937.




Fonte: Acervo da Biblioteca da Secretaria de Planejamento, Prefeitura de Goiânia.

Figura 7 – Grande Hotel, 1939.



Fonte: Acervo da Biblioteca da Secretaria de Planejamento, Prefeitura de Goiânia.

Figura 8 – Vista Aérea do Primeiro Grupo de Casas para Funcionários – Tipo “especiais”, Rua 20, década de 1930. 



Fonte: Acervo MIS | GO.



Figura 10 – Em primeiro plano, sede da Prefeitura,  (Av. Anhanguera esq. Av. Araguaia). Ao fundo, Edifício Agência dos Correios e Telégrafos, (rua 3 esq. com Av. Araguaia). Do lado direito Casa Tipo Funcionários. Ao fundo Palácio do Governo, 1936. 



Foto: Eduardo Bilemjian.  
Fonte: Acervo MUZA|GO.

Figura 9 – Vista Aérea do Traçado Urbano de Goiânia, década de 1930.

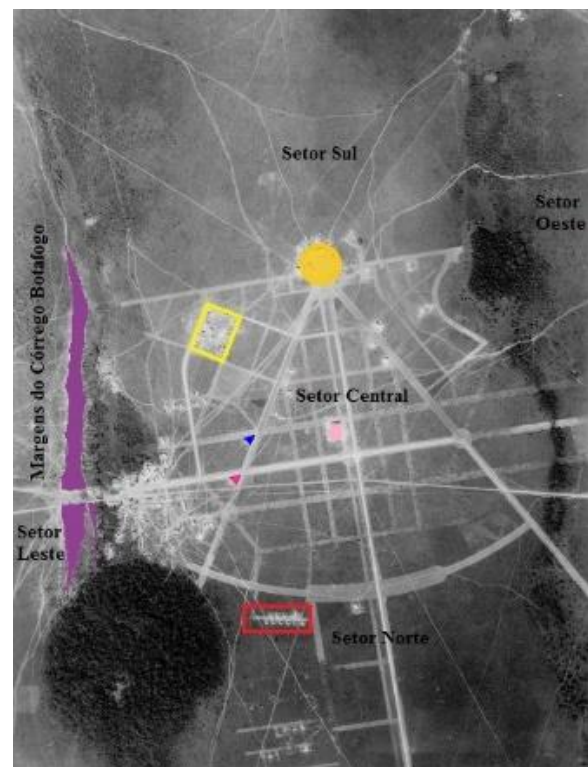


Foto: Autor Desconhecido.  
Fonte: Acervo MIS|GO – 02747- 036.  
Representação esquemática da imagem:  
Simone B.C. de Oliveira, 2020.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Figura 11 – Casas e casebres nas Margens do Córrego Botafogo, década de 1930.



Foto: Alois Feichtenberger.  
Fonte: Acervo MIS | GO. AF1705(2).

Figura 12 – Primeiras Casas Tipo Populares, rua 71, Bairro Popular, Setor Norte, década de 1930.



Foto: Autor desconhecido.  
Fonte: Álbum de Goyaz. Acervo da Biblioteca da Secretaria de Planejamento, Prefeitura de Goiânia.

Figura 13 – Casas de madeira. Em último plano, casa onde Pedro Ludovico despachava, década de 1930.

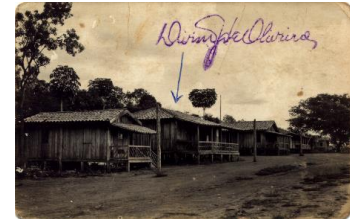


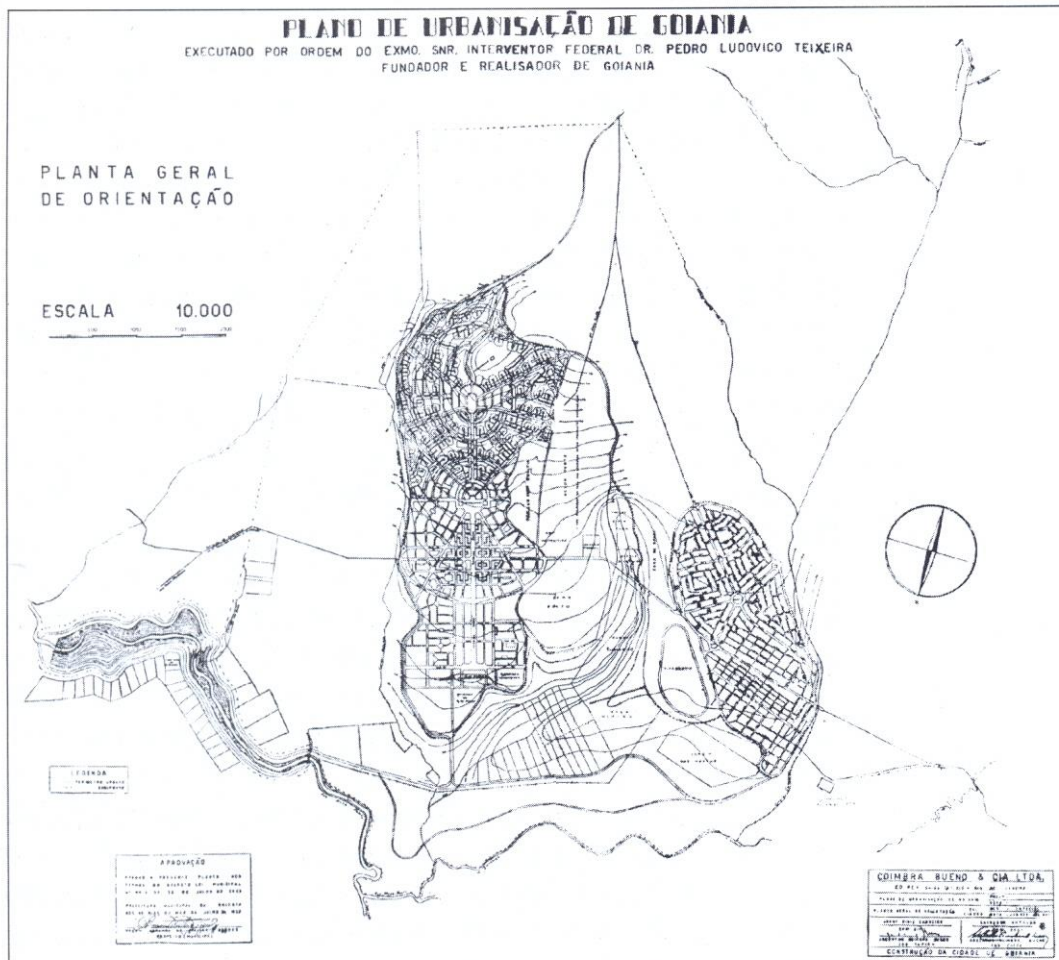
Foto: Autor desconhecido.  
Fonte: Acervo MIS|GO – MIS00967.

O terceiro plano de urbanização de Goiânia, Decreto-lei 90-a, de 1938, foi realizado pelos irmãos engenheiros Jerônimo Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno, proprietários da empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda., (Figura 14). Sua característica geral conserva a divisão setorial e o plano radial proposto Atílio; incorpora o projeto modificado do Setor Sul de Godoy, acrescenta o Setor Coimbra como expansão de Campinas e muda usos das quadras em alguns setores.

Altera o traçado das Zonas Comercial e de Diversão da região central da nova capital. Com a redução dessas zonas, conseqüentemente foram acrescentados 535 lotes residenciais. [...] eliminadas as áreas do Parque Paineira, reduzidas as extensões do Bosque dos Buritis, onde áreas públicas foram loteadas. (DINIZ, 2007, p. 199)

Figura 14 - Desenho oficial de Goiânia, segundo o Decreto 90-A de 1938. Setor Sul modificado por Godoy e Setor Coimbra como expansão do Campinas.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Fonte: ALVARES, 1942, DAHER, 2003, p.200.

Segundo Daher (2003, p. 259-261), os planos diretores de Atílio, Godoy e dos Irmãos Coimbra Bueno, bem como a forma de planejamento político-administrativo, foram responsáveis pelo tipo de ocupação da cidade. A classe A e B no Setor Central, Sul e Oeste a classe C nas proximidades da Zona Industrial, e a classe D, às margens do Córrego Botafogo e Capim Puba, local que não aparece como ocupação em nenhum dos projetos.

A narrativa sobre o morar é “determinada” pelas diferenças socioeconômicas dos vários grupos sociais, o “lugar” e a localização das moradias no território da cidade de Goiânia, (Figura 09) impactam as formas e tipos de casas em sua materialidade; “[...] a estruturação do espaço urbano [...] proporcionou a formação de duas cidades distintas: a cidade do plano [...], onde habita a população de melhor poder aquisitivo; e a cidade

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

periférica, que serve de abrigo para as classes sociais menos favorecidas.” (MORAES, 2003, p.15).

## Referências

ALVARES, Geraldo Teixeira. **A luta na epopéia de Goiânia. Uma obra de engenharia nacional.** Rio de Janeiro: Gráfica Jornal do Brasil, 1942.

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. **Um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília.** 2008. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp054663.pdf> > Acesso em 15 mai. 2015.

BERNARDES, Genilda D’Arc. O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia: O mundo do trabalho e extratrabalho. **Revista UFG**, v. 11, n. 6, jun. 2009. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48230> > Acesso em: 07 ago. 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DAHER, Tania. **Goiânia - Uma Utopia Europeia no Brasil.** Goiânia: Instituto Centro - Brasileiro de Cultura, 2003.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935).** Ideal estético e realidade política. 2007. 222 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2007. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2901> >. Acesso em: 15 mai. 2015

DINIZ, Anamaria. **O itinerário pioneiro do urbanista Attilio Corrêa Lima.** 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ERMINIA, Maricato. MetrÓpole, legislação e desigualdade. In: **Estudados Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, ago. 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf> >. Acesso: 23 jul. 2020.

FERRARA, Lucrécia d’Alessio. **Os significados urbanos.** São Paulo: Edusp, Fapesp, 2000.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas.** Goiânia: UCG, 2003.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. **Memória Cultural**: ensaios da história de um povo. Goiânia: Assessoria Especial de Cultura, [s.n.: s.n.], 1985.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como Nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, C. N. **Está na hora de ver as cidades como elas são de verdade**. Rio de Janeiro, 1986.

TOPOLSKI, Jerzy. O papel da lógica e da estética na construção de totalidades narrativas na historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **História & Narrativa. A ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016.